



ATA DE 27 DE OUTUBRO 2020 - DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 27 de Outubro de 2020 às 19h00 no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, sito a Avenida Koeler, 260 – Centro – Petrópolis.

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada às 19h00min no dia 27 de outubro de 2020, ocorrendo excepcionalmente de forma mista, qual seja, presencial e on-line em virtude do Decreto 1.148 de 15 de Abril de 2020, do Diário Oficial Ano XXVII de nº 5903, com a presença dos seguintes conselheiros aptos a votar, conforme segue: Sonia Cristina da Silva Furtado (Associação de Moradores do Bairro da Glória), Ernani Rocha Da Silva (UNA), Eduardo Pereira Azevedo e Marise Margarida Brand (Associação de Moradores Presidente Sodré), Amilton da Silva Oliveira (Associação De Moradores Primeiro De Maio), Artemis Cunha Viegas (Associação Pró-Saúde E. Esporte e Lazer), Fabíola Heck, Fátima Cristina P.Coelho, Elisabeth C.C.A. Wildberger, Ana Deak, Roseli Souza Ribeiro Soares e Anderson Moraes Garcia (Representação do Governo) e na modalidade **On-line** com os seguintes conselheiros aptos a votar, conforme segue: Gabrielle Kappaun de Oliveira Sucupira (SISEP), Claudia Pereira Ferreira Braz (Associação De Moradores Manoel Torres), Claudia Carvalho Respeita da Motta (ABEN), Érika Paula Gomes Pedroso (OAB), Alan Paizant Andrade Lima (ALIANCE), Ana Cristina Coelho Mattos (APPO), Ana Maria Gonçalves Nilsson Stutzel (ASBAMTHO), Etiene Gomes Moreira (Associação de Petrópolis de Agentes Comunitários - APACS), Cristiane Maria Rodrigues Ferreira (APAE), José Claudio Ribeiro Teixeira (HCC), Patrícia Ferreira Domingos Souza (CRP-RJ), Anna Beatriz Artigues (FMP), Roberta do Amaral de Castro Souza (FNCC), Maria Aparecida Dias Pereira (MITRA), Carlos Pacheco da Silva (SIEESP), Wanda Heloisa Rodrigues Ferreira e Geralda Do Nascimento Sá (GRUPARJ), José Freire (Sindicato dos Empregados no Comércio de Petrópolis), Odete Odália Tavares (Sociedade Médica de Petrópolis), Gian Marco Zamperion e Rodrigo Furtado Rosa (Representação do Governo). Iniciada a reunião e tendo como primeiro ponto do edital de convocação para a reunião **a aprovação das atas**, não tendo atas para serem aprovadas. Após, o segundo ponto do edital trata da **leitura de expedientes**. Como primeiro item apresentado, temos a questão da reclamação da não atuação de Agentes Comunitários de Saúde junto à UBS Alto Independência. O Presidente Anderson (Governo) pede esclarecimento da Conselheira Fátima (Governo), Superintendente de Atenção à Saúde, que informa que na UBS Alto Independência, por se tratar de UBS Tradicional não dispõe de Agentes Comunitários de Saúde. Como segundo item, indicação de Conselheiro Suplente da PROSAUDE, Titular Artemis e suplente Eduardo José de Paula. No quarto item, trata de ofícios da Comissão de Saúde. O primeiro ofício solicita informações sobre o inquérito administrativo que envolve o Dr. Otávio Bandeira de Melo em atos de racismo praticados dentro do ambiente de trabalho, no PSLS, contra funcionária e paciente. Atos que geraram procedimentos da Delegacia local de polícia, informando ainda ser de pleno conhecimento da diretoria do PSLS. A Comissão pede esclarecimentos. O Presidente Anderson (Governo) informa que fora aberta sindicância na SMS para apurar este fato, e que irão enviar o número do processo para acompanhamento. Mas, que se encontra em fase inicial, pois houve boletim de ocorrência de ambas as partes, tanto do médico, quanto do profissional, portanto vamos ter que aguardar e que depois serão enviados para a Comissão de Saúde. O segundo ofício da Comissão de Saúde, atos e presenças das reuniões da Comissão de Saúde, para ciência do Conselho, e solicita que também seja enviado para a Comissão de Ética o relatório e a presença das Entidades. São atas de agosto e setembro de 2020. O terceiro ofício da Comissão de Saúde trata de relatórios de vistorias da Comissão de Saúde. O Presidente, Anderson (Governo)

pergunta se a Coordenadora da Comissão, Érika Pedroso (OAB), vai querer falar sobre o relatório neste momento, ou no item de apresentação de relatórios das comissões. A Coordenadora da Comissão de Saúde, Érika Pedroso (OAB), fala que os relatórios já foram enviados para todos os Conselheiros da Comissão de Saúde. Que poderá enviar para todos por e-mail e falar por alto na apresentação de relatórios, para não tomar muito tempo. O Presidente Anderson (Governo) encerra os expedientes. O terceiro ponto do edital são os **informes** da Mesa ou dos Conselheiros. O Presidente Anderson (Governo) passa a palavra para a Conselheira Fátima (Governo) que informa que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) solicita que informe ao Conselho Municipal de Saúde sobre a ampliação da Saúde Bucal em duas unidades, no PSF Caxambú Lusitano e no PSF Sargento Boening. O Presidente Anderson (Governo) questiona se é necessário aprovação do Conselho, e a Conselheira Fátima (Governo) afirma não ser necessário. A Promotora de Justiça, Dra. Vanessa Katz fala sobre hoje ser um dia triste para a SUS, lembrando do problema pela manhã do incêndio no Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), e agora à tarde ficou sabendo do decreto que vai nos trazer grandes questões sobre a Atenção Primária à Saúde. Com relação à questão de prevenção de incêndios, já faz algum tempo que o Ministério Público acompanha a situação dos hospitais da cidade, e vêm cobrando já a alguns anos a regularização dos hospitais junto ao Corpo de Bombeiros. Poucos hospitais têm a certificação do Corpo de Bombeiros, não sei se é do conhecimento do Conselho. No âmbito do SUS essa situação é bastante complicada. E, que, no ano passado tivemos algum avanço com o HAC e UPAS, já estão em um processo bastante avançado, e fazendo agora uma licitação para fazer as adequações finais, para conseguir as adequações do Corpo de Bombeiros. E a SMS, com relação às Unidades próprias, até hoje pedi para o Dr. Anderson atualizar, para ver como andam os procedimentos. Ressalta que é importante que o Conselho acompanhe também esta questão, que é muito problemática. De como está à situação de certificação dos hospitais da cidade, não só dos hospitais, mas das Unidades de Saúde em geral. Os hospitais são mais problemáticos por conta das internações. E aí, por conta desta situação de evacuação de pacientes internados, exigimos também que os hospitais tenham um plano de contingência, ou um POP, um Procedimento Operacional Padrão. Que não é para enfeitar a parede, mas que é um planejamento, que seja da ciência de todos os funcionários que é para saber como agir diante da necessidade de evacuação, principalmente de pacientes acamados. Vimos hoje como foi lá no HFB, não é a primeira vez. Tivemos situações aqui em Petrópolis, de precisar a evacuar pacientes. Então precisamos avançar nisso. O HAC e as UPAS já tem planejamento, mas precisamos ainda ter mais unidades. É um informe para o Conselho, para que saibam que o Ministério Público vêm acompanhando esta questão, para que vocês também coloquem na pauta de vocês para cobrar não só dos públicos, mas também dos privados conveniados. Outro informe, vocês devem ter visto pela imprensa que o Ministério Público ingressou com uma ação pleiteando a frota integral de ônibus. Todos vocês tem acompanhado o problema das aglomerações, da redução da frota. Agora o Dr. Alexandre, da Quarta Vara, marcou uma audiência para semana que vêm, com as partes para se tentar chegar a um acordo. Vou pedir para o Dr. Anderson, se for do interesse de vocês, de alguma forma, vou pedir que combinem com o Dr. Anderson, uma petição, pedindo o link da audiência, se for o caso, ou o Conselho mandar uma Moção, para o Poder Judiciário falando da importância. Vocês, mais do que eu sabem do problema que a falta de ônibus têm causado. Foram estes dois pontos que eu gostaria de informar. O Presidente Anderson (Governo) responde que a Comissão de Saúde já faz esse trabalho de vistorias, inclusive da UPA Cascatinha já tem uma solicitação para que se envie um relatório dizendo o que aconteceu e o que foi realizado pós incêndio, mas a gente vai continuar atuando através da Comissão de Saúde, que sempre fazem este trabalho nas Unidades. Mas, como a Sra. falou, será importante fazer na privadas também, e não só nas públicas. Quanto à participação nesta audiência, é porque esta audiência específica está tramitando na Procuradoria Civil, e não na de Saúde. Que não estará participando, por que é através da CEPETRANS, mas se o Conselho tiver interesse, que encaminha para a Procuradoria Civil. Não sei se vai ser presencial ou online. Se for presencial basta um representante do Conselho comparecer na

audiência. A Conselheira Érika (OAB) demonstrou interesse em participar desta audiência. A Conselheira Claudia (ABEn) fala que seria interessante fazer a Moção. Já que estamos vendo os ônibus lotados. Encaminha a proposta. A Conselheira Érika (OAB) corrobora, pois é assunto de discussão da Comissão Especial de Enfrentamento à Covid-19. O Presidente Anderson (Governo) fala que a Moção deve ser lida e aprovada aqui na plenária. Ou seja, acha que não vai dar tempo, mas que poderemos fazer para a próxima reunião. O Conselheiro Claudio (HCC) pede a palavra, e fala que têm muito poucos ônibus circulando em Petrópolis, e que os horários estão muito espaçados. Levando até ao problema de funcionários chegando atrasados. O Presidente Anderson (Governo) pergunta para a Dra. Vanessa se já tem a data da audiência. Que responde que será virtual, no dia 05/11/2020, às 14:00 horas, mas que precisam do link. Que deverá pedir ao secretário do juiz para disponibilizar o link. O Presidente Anderson (Governo) disse que vai solicitar o link para a participação do Conselho de saúde. A Conselheira Claudia (ABEn) pergunta se não dá para fazer a Moção pelo whatsapp. O Presidente do Conselho fala que não está previsto no Regimento Interno. Que temos que fazer a Moção e apresentar aqui, votar e depois anexar ao processo. A Conselheira Claudia (ABEn) pergunta sobre fazer um documento pela Comissão Especial de Enfrentamento à Covid-19. A Dra, Vanessa salienta a importância da participação do Conselho nesta questão, para que fique clara a preocupação da saúde com as aglomerações nos ônibus. Que provavelmente não poderão participar todos, mas que deverá ser solicitado um ou dois links para a reunião. Um representante da Comissão Covid e outro da plenária. O Presidente Anderson (Governo) fala que a Conselheira Érika (OAB) já teria direito de participar, por ser advogada, e que também poderia representar as Comissões Covid e de Saúde, e foi o que ficou acordado. **Apresentação de relatórios das Comissões de Trabalho.** O Presidente Anderson (Governo) passou a palavra para Conselheira Érika (OAB) que falou sobre as vitórias feitas pela Comissão de Saúde. Falou que fizeram vitórias em dois locais. Primeiro local, Alcides Carneiro. Por conta de uma denúncia que a Comissão recebeu, por falta de medicações e por falta materiais de almoxarifado. Foi verificado, como sempre, a gente é parado, levam a gente na administração, tentam segurar a gente lá algum tempo, mas a Comissão conseguiu não ficar este tempo parado lá, e foi direto para a vitória, apesar de relutantes tentativas de encaminhamentos para a administração. Com relação às medicações que constam no relatório de vitória, a gente não conseguiu a informação se realmente estas medicações estão em falta, ou se tem em estoque. Pois foi negada esta informação para a Comissão pela Adriana, diretora administrativa de lá. Disse que teria que ser enviado antecipadamente, para ela poder registrar, enfim, foi encaminhada esta solicitação junto ao relatório de vitória. Com relação à falta de produtos, cadeiras de rodas, bolsas de colostomias, fios para sutura, materiais mais do almoxarifado, esses outros materiais, seringas, agulhas, todos estes materiais estavam em estoque considerável, e foi mostrado para a Comissão, e tem as fotos, inclusive, em anexo ao relatório. Foi verificado que as cadeiras, elas não estavam com a separação, mantendo o distanciamento necessário, a TV não estava funcionando. Foi verificado que já estão funcionando de forma plena, as caldeiras a gás, e inutilizado a parte da caldeira que funcionava com óleo diesel, que foi uma questão que a Comissão estava acompanhando esta obra, que já foi concluída. No dia 07, também foi feita a vitória no Pronto Socorro do Alto da Serra. Ao chegar lá, fomos abordados por funcionários e por paciente, no caso por parente de paciente que foi ofendida por palavras racistas e de baixo calão. Essa paciente veio a falecer, mas os filhos dela falaram dessa situação. Neste momento os funcionários vieram com um boletim que foi feito na delegacia, que eu apresentei a mesa, por conta do comportamento racista. Parece-nos, pelo menos é está a informação que nos foi passado, que o advogado que está defendendo este médico vem a ser o esposo da diretora do Pronto Socorro do Alto da Serra. Ficamos preocupados com a gravidade da situação. Mas, como o Dr. Anderson já informou, foi aberto um inquérito administrativo interno, e/ou esperar a ocorrência na delegacia, queixa crime para apurar todas as informações. Foram verificados também alguns materiais, macas, cadeiras, que estão enferrujadas, sem condições de uso. Além de macas empilhadas no segundo andar do PS do Alto da Serra. Por conta destas macas empilhadas, foi perguntado aos funcionários o motivo das macas estarem empilhadas lá e

foi falado que elas estão ali para o caso de necessidade, já que nas segundas, quintas e sextas eles tem um movimento muito grande, haja vista a falta de médicos na UPA Centro. A Comissão ainda não teve oportunidade de averiguar esta ausência de médicos na UPA Centro. Foi questionado na UPA Centro e eles falaram que estão com alguma dificuldade, mas também não tivemos uma informação concreta desta ausência de médicos. Então, a gente não pode afirmar que este volume excessivo na segunda, quinta e sexta no Alto da Serra se dá pelo não atendimento na UPA Centro. Outra coisa, que é uma solicitação antiga da Comissão que é a manutenção da parte externa do PSLS, com capina e colocação de grades. Que continua sem esta manutenção, que além de não ter colocado a grade, tem fios externos expostos, com foto no relatório. Já no dia 05, foi feita vistoria no Posto de Saúde do Retiro. Lá verificamos que estavam todos atendendo, atendentes, médicos e enfermeiros. Não conseguimos falar com o dentista, porque estava em atendimento. A única coisa que observamos foi à falta de alguns medicamentos. Houve o questionamento de uma geladeira que parece que não estava funcionando. Um compressor, que está em um local inapropriado, com falta de segurança, e o ônibus com ferrugem. O que mais chamou a atenção, que é mais urgente a ser resolvido, foi à caixa d'água, que estava sem limpeza, fornecendo uma água num tom de ferrugem, então coloca a situação bem delicada. Além da falta de sinalização da lixeira. A sala dos Agentes Comunitários de Saúde com infiltração. Isto já foi relatado, essa infiltração na sala dos Agentes Comunitários de Saúde. O outro local de vistoria foi no Posto de Saúde da Família Sargento Boeing. Esse, ele foi alugado recentemente, em 14 de maio. Ele tem vistoria da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros. Isso até me chamou a atenção, pelo que a Dra. Vanessa falou sobre prevenção de incêndios. Porém, o forro da recepção está tendo infiltração. Tem salas que estão tendo infiltrações de baixo para cima. Então a Comissão pede para que seja verificado nestes contratos de manutenção, o porquê isso não foi resolvido, por que, se não me engano, lá teve manutenção. Eu vi o processo. Lá tem uma sala que não está sendo utilizada, por conta desta situação de infiltração. E é uma sala ótima para reuniões, para quando tem estas reuniões com funcionários, uma palestra, ou quando houver necessidade de um espaço maior, e está inutilizada. Mas, no todo é só o local. Da acessibilidade, o posto não está muito adequado. Mas, no todo, é o que atende mais as exigências, mas, ainda tem algumas coisinhas para serem melhoradas. Érika (OAB) informa para o Presidente Anderson (Governo) que resumiu os relatórios. O Presidente Anderson (Governo) fala que serão analisados os relatórios, para serem dadas as respostas, e que podem também fazer reuniões específicas com a Comissão para discutir alguns pontos que forem necessários na SMS. A Conselheira Érika (OAB) fala que acha que 50% destes problemas já foram resolvidos. O Presidente Anderson (Governo) lê o relatório da Comissão de Ética. Fala que se reuniram para discutir a questão das faltas dos Conselheiros, que foi encontrado uma situação relativamente grave, que se for levar em conta apenas o ano de 2020, pelas faltas computadas nas Comissões, seriam excluídos do Conselho 11 Entidades que faltaram e não apresentaram justificativas. Então, que ficaram muito preocupados com isso. Se formos levar, conforme está previsto no Regimento, vamos perder quase um terço do Conselho. E essas Entidades, conforme está previsto, se forem excluídas, não poderão participar da nova eleição, pois ficam com um mandado suspenso após a eleição. Mas, tiveram várias faltas. Então, que vamos enviar as faltas para cada Entidade, e que os Presidentes destas Entidades devem começar a cobrar mais os seus Conselheiros a participação no Conselho, pois foram registradas muitas faltas. Para ver que 11 Entidades já estariam excluídas, sem analisar 2019. Pois, como é um período de 1 ano, mas já analisamos 2019, passando de 14 a 15 Entidades. Então, será encaminhada a relação de cada falta para as Entidades, para que elas se justifiquem, e, de preferência que substituam estes Conselheiros. Depois trazer aqui para a discussão do Conselho para decidir o que fazer com estas Entidades, se serão excluídas ou não. O Presidente pergunta se alguma outra Comissão tem algum relatório para apresentar. A Conselheira Cristiane (APAE) diz ter uma dúvida. Pergunta se será encaminhado para a próxima reunião ordinária. O Presidente Anderson (Governo) responde que primeiramente vão informar a Entidade que seria excluída, para justificar, ou fazer a defesa de por que houve a falta. Depois submeter a uma

votação no Conselho. A Conselheira Claudia (ABEn) informa sobre Comissão de Finanças. Que estão fazendo análise dos da utilização dos recursos com a pandemia. Fala que foi feita reunião com a assessoria técnica. Que pediram alguns documentos, mas, como são muitos documentos, que vão fazer uma reunião amanhã lá na SMS para ver se conseguem entender melhor os blocos, e o que vamos precisar solicitar a mais de documentação. Na sequência fala da Comissão Especial de Enfrentamento à Covid-19. Relata que receberam ofício do Ministério Público Estadual pedindo vistoria na tendas, e que estas foram feitas no dia 07 de outubro. Que estamos finalizando os relatórios para enviar, mas que identificamos que os pedidos que fizemos de melhorias, eles foram cumpridos, tanto na tenda de Itaipava, quanto na tenda do Centro. Que os espaços estavam limpos, que em Itaipava já tinha geladeira, que colocaram um bebedouro, fizeram o acolhimento na parte de fora, que os fluxogramas estavam afixados nos painéis. Na tenda Centro também. Que colocaram um enfermeiro responsável em cada tenda, para fazer as gerências, o que melhorou a organização. Observamos que o que poderá ser melhorado, é que, por exemplo, na tenda Centro, vimos muitos funcionários. Parece que vieram da tenda Cascatinha, e alguns funcionários administrativos, duas funcionárias, que estavam lá sem uniforme e que estavam comendo naquele espaço. Ficamos muito preocupados com a questão do cuidado, da contaminação. No mesmo momento falamos com a chefia, o diretor técnico e a enfermeira chefe que estavam lá. E também encontramos dificuldades na regulação. No tempo de espera do paciente para a internação, tanto que tiveram que abrir na UPA outra sala para o paciente que será internado com Covid-19 ficar esperando, porque tem uma lacuna, um espaço de tempo grande, desde que foi pedida a internação dele, até ele chegar ao destino, sendo que temos tantas vagas disponíveis. A gente sabe que tem um baixo número de pessoas internadas, que temos o local para a internação, mas parece que existe um problema entre o pedido de internação, a regulação, e levar o paciente para o destino dele que é a internação. Principalmente os pacientes que são mais críticos. Então a gente queria pedir estas observações. Tivemos algumas queixas de algumas pessoas, alguns relatos também, mas que não foram identificados na vistoria. Tivemos algumas informações também, que estamos observando. Mas queríamos também parabenizar a Secretaria pelas melhoras que foram realizadas nos espaços e no fluxo, que avançamos bastante na qualidade. Passa a palavra para outros componentes da Comissão. A Conselheira Érika (OAB) destaca a pendência de não poder lavar as mãos nos banheiros químicos e falta da luz. A Conselheira Claudia (ABEn) ressalta que o banheiro químico não é um espaço apropriado para o tipo de atendimento de saúde, que não tem pia para lavar as mãos, e que os banheiros são escuros. E não sabemos qual seria a solução possível para isso. A Conselheira Érika (OAB) informa que 80% dos problemas encontrados foram resolvidos. O Presidente Anderson (Governo) pergunta se este relatório já foi encaminhado para a SMS. A Conselheira Claudia (ABEn) informa que não. Que a Comissão conversou diretamente com a Direção, conforme fizeram da outra vez. Eles falaram que iam ver a questão do uniforme. Aqueles profissionais que estavam a mais ali na tenda, que são da UPA Cascatinha, porque isso aconteceu na tenda da UPA Centro. Na tenda de Itaipava isso não foi observado. E eles, da Direção, ficaram de pedir uniforme, orientar que não comessem ali naquele espaço. Que tivessem mais cuidado. E estamos fechando o relatório para encaminhar, também para a Dra. Vanessa Katz, do Ministério Público Estadual, que solicitou a vistoria. A Conselheira Érika (OAB) ressalta que na vistoria tudo foi mostrado para eles na hora. Observamos que as funcionárias estavam fazendo na inocência, mas que não podem, pois isso é sério e grave. O Presidente Anderson (Governo) pede para que seja encaminhado o relatório, para finalizar. A Dra. Vanessa Katz (MP Estadual) sugere que seja agendada uma reunião da Comissão Especial de Enfrentamento à Covid-19 com a Regulação, para saber o que está acontecendo, visto que ela tem conversado sobre isso com a Denise (Superintendente da Regulação) e com a Carla da Urgência (Superintendente da Urgência e Emergência), mas que ainda tem alguns entraves neste fluxo. Fala que seria bom ir até a Central de Regulação, se puderem para ver o funcionamento, para saber o que é que emperra. Se vocês puderem ver e quiser alguma ajuda. A Conselheira Claudia (ABEn) informa que algumas pessoas falam que depende da consulta médica, que

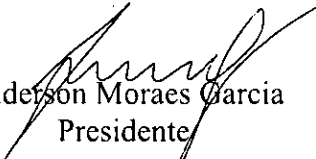
pedem alguns outros exames naquele momento da internação, o que acaba atrasando um pouco, mas a gente não sabe se esta entre a consulta médica e a regulação, mas é interessante agendar a visita e a reunião. A Dra. Vanessa Katz (MP Estadual) fala que a vistoria que pediu, que seria interessante observar esta questão dos fluxos mesmo, porque é isso, a gente sabe que deu problema, faz as reuniões, conversa bastante, são sempre reuniões muito produtivas, mas, assim, precisar estar em loco para saber. Saber se é o médico que pede coisas demais ou se é um problema do executante, ou se é um problema da regulação. Então, essa presença, se vocês puderem ser um braço do Ministério Público, seria ótimo, porque vocês podendo estar lá, vão levantar onde está o problema. Tem um gargalo aí que a gente não sabe ainda. A gente já resolveu muitas coisas, a Secretaria sempre aberta a apurar e aceitar sugestões. Tem melhorado muito, a gente reconhece, mas tem ainda algum gargalo ali que a gente precisa saber. E só realmente estando lá. Essa que é a dificuldade. Então a Comissão estando lá, ter esse olhar de dentro do processo vai ajudar muito. A Conselheira Claudia (ABEn) concorda. O Presidente Anderson (Governo) fala que vai conversar com a Denise (Regulação) e Carla (Urgência e Emergência) para agendar na Secretaria. Ressalta que a Dra. Vanessa fez diversas reuniões com a Secretaria, mas que, às vezes, emperramos na situação de condutas médicas, que podem não estar dentro dos protocolos pré estabelecidos, que são preconizados. Acredita que peçam coisas a mais, além do protocolo, e que isso atrase o fluxo. Ressalta que vão tentar corrigir, e a importância da Comissão ter estado lá, e levantado esta informação, que será passada tanto para a Regulação, quanto para a Carla (Urgência e Emergência) que faz esta parte de protocolos, que conversa com a Rede inteira, chamando também alguém do SEHAC, que são responsáveis pelas UPAS. A Conselheira Érika (OAB) se disponibiliza para ir presencial na Regulação. O Presidente pergunta se há mais algum relatório de comissões, não tendo, passa para a ordem do dia. O primeiro item da ordem do dia (5.1) que foi solicitado na última ata da reunião, que é a **prestação de contas do termo de cooperação Técnica entre o Estado e o Município**, no valor de 25 milhões de reais, parece que quem solicitou foi o Conselheiro Serginho (UDAM). Que este convênio é um termo de cooperação que o Município apresenta o projeto, que foi encaminhado para o Estado. Mas, que na verdade, isso acabou não acontecendo, então não tem uma prestação de contas, porque não foi efetivado as obras no Pronto Socorro, conforme a proposta. Mas o Carlos (Planejamento SMS) vai explicar melhor. Carlos (Planejamento SMS) cumprimenta a todos e pergunta se o Serginho está presente, não tendo resposta. Fala que tem um projeto de captação de recursos junto ao Estado, como vários outros, junto ao Ministério da Saúde e outros, e neste tem um termo de cooperação entre o Estado e o Município. E a gente, assim como outros Municípios, apresentou seu projeto. Inicialmente a gente tinha uma captação de recursos, e esse recurso, na verdade, não foi contemplado para Petrópolis. Não é que ele não vá ser, mas que esse projeto tem umas parcelas que o Estado tem que repassar para o Município. Então a gente fez um projeto, baseado em reformas, aquisição de equipamentos, baseado no Plano de Governo, no Plano Municipal de Saúde, nas ampliações das unidades, e, a gente agora tem que fazer uma nova, tem uma nova demanda do Estado, que a Procuradoria Geral do Estado demandou que o termo de cooperação passasse pelo DESP, que é um sistema parecido com o da Caixa Econômica. Então a gente está preparando toda uma documentação que é para tramitar para a captação do recurso. Porque na verdade este convênio ainda não existe para o Município, mas o Município está em busca do recurso sim. Ressalta que só queria entender um pouco melhor qual foi o questionamento. O Presidente fala que o Conselheiro Serginho (UDAM) não está aqui, mas que gostaria de ter uma prestação de contas, mas que agora ficou esclarecido que o recurso não chegou ainda, mas que ainda poderá haver o repasse, que o Município continua tentando esta captação. Que está informação, acho que eles não tinham. Que quando aprovar, assim que for executando, que o Município fará a prestação de contas. Ficou esclarecido que estamos passando por uma nova etapa, e que quando este recurso for efetivado, que vamos trazer aqui para o conselho para aprovar, e depois a prestação de contas conforme for executando. Carlos (Planejamento SMS) fala que agora entendeu. que ficou claro. Enfatiza que como qualquer prestação de contas de convênio ou de captação de recursos, que elas vão ser prestadas dentro da

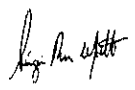
Programação Anual de Saúde, dentro do Relatório de Gestão, dentro do quadrimestre. Então, assim, todo esse processo, ele é contínuo. Assim que qualquer recurso entra para o Município, a gente já automaticamente presta conta, tanto ao Conselho, como para a população em geral, a gente está com a prestação de contas, com todos os documentos pertinentes à saúde. Pergunta se tem alguma dúvida. A Conselheira Claudia (ABEn) pede a confirmação de que o recurso não veio, por isso não pode ser aplicado. Carlos (Planejamento – SMS) confirma. Fala que na verdade aconteceu um termo de cooperação, que o Estado ia liberar recursos para os Municípios. Que dentro das regiões, seja serrana, metropolitana, dentre outras, ele abriu projetos de captação de recursos. E Petrópolis elaborou um projeto de captação de recursos, que está lá com a gente, pode ser visto. Foi feito até determinado ponto um termo de cooperação, dizendo que o Estado se comprometia a repassar recursos para os Municípios, só que após, a gente também caiu no meio da pandemia, que isso vem desde 2019 na realidade. Então teve toda uma mudança de gestão no Estado, mas este convênio, ele ainda existe. Petrópolis está buscando estes recursos, só que a gente ainda tem que apresentar uma nova linha no projeto que entra na fase do NUPED, que é como se fosse um convênio da Caixa Econômica, que fazemos toda uma demonstração financeira, seguindo as regras. Mas, colocando bem claro, o recurso não veio. A Conselheira Claudia (ABEn) agradece. O Presidente Anderson (Governo) passa para o segundo ponto da ordem do dia, (5,2), que é a **resposta à Comissão especial de enfrentamento à Covid-19 sobre a ampliação do georreferenciamento, com vigência até dezembro de 2021**. Conforme foi discutido na última reunião do Conselho, a Comissão especial de enfrentamento à Covid-19 fez uma proposta, e foi apresentado o projeto de georreferenciamento, que foi levado para a Secretaria e feito uma reunião com a Atenção Básica, A FIOCRUZ e a própria Comissão. Só que parece que não compareceu ninguém da Comissão. E aí nós discutimos com a Atenção Básica, porque já tinha um convênio celebrado com a FIOCRUZ, e aí depois, veio à ampliação do plano de trabalho deste convênio, com a proposta que foi apresentada. A Conselheira Claudia (ABEn) faz um adendo de ter tido participantes da Comissão sim na reunião, apesar de ter sido avisados em cima da hora, e num horário ruim, por ser horário de expediente de trabalho. A Conselheira Ana Deak (Governo) que é da gestão, também é da Comissão e participou. E, me parece, que a Conselheira Cristiane (APAE) e o Conselheiro Allan (ALLIANCE), que vão falar aqui, também participaram. A Conselheira Cristiane (APAE) fala que tiveram duas reuniões, e que houve problemas de comunicação, não acontecendo no primeiro momento, mas sim num segundo momento, o que dificultou a participação. A Conselheira Fátima (Governo) informa que já fizeram uma reunião de com a FIOCRUZ, conforme já foi falado anteriormente, e que já pediram uma capacitação em vigilância cartográfica, técnica, falaram com os gerentes, da importância da participação deles, e com a Comunidade, na educação permanente já está agendado até dezembro. O Carlos (Planejamento SMS) que pode explicar melhor, porque está em contato direto com a equipe de cartografia da FIOCRUZ. Que tem enviado a base de dados para eles, que eles já tinham o mapeamento anterior, sendo que a Atenção Básica teve ampliados os seus territórios, então a gente está sempre alterando os mapas. Que já vínhamos trabalhando com a alteração dos territórios e a população atendida na Atenção Primária. Que já tínhamos um convênio de cooperação técnica com a FIOCRUZ que vai até dezembro de 2021. Que antes da pandemia, já tínhamos começado um trabalho de vigilância cartográfica com a ampliação dos territórios. Que isso já era um ponto importante trabalhado pela equipe, antes da Covid-19, e que agora podemos ampliar com a questão da Covid-19. Fala que o Carlos (Planejamento SMS) poderá completar as informações da cartografia, que já enviaram a base de dados para o geógrafo da FIOCRUZ. A Dra. Vanessa (MP Estadual) pergunta se a parte da comunicação comunitária foi incluída no plano de trabalho com a FIOCRUZ. A Conselheira Fátima (Governo) fala que tem conversado também com eles (FIOCRUZ) sobre este assunto, mas que tem que conversar mais, que temos falado mais sobre a vigilância cartográfica. Dra. Vanessa Katz (MP Estadual) fala que havia conversado com o Prof. Félix (FIOCRUZ) sobre esta parte também. Com ele e com a Conselheira Claudia (ABEn). A Conselheira Claudia (ABEn) informa que será na travessia. Que será aprofundado durante a travessia na Comunidade. A Conselheira Fátima

(Governo) fala que o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) são as travessias exatamente nos territórios. E que isso que faz parte do projeto. Dentro da vigilância cartográfica, é o tema principal que faz parte do projeto. Isso será reforçado. Dividimos as regiões para a educação permanente por regiões, tanto a equipe técnica, quanto os Agentes Comunitários de Saúde (ACSS). Carlos (Planejamento SMS) fala que, complementando a fala da Conselheira Fátima (Governo), na primeira reunião, sobre os dados, que fizeram a primeira reunião com o Félix, sobre a forma de trabalho focado no DRP. Conforme a Claudia e a Fátima falaram. Sobre as etapas da travessia, para fazer a coleta de dados adequada. Ainda estamos discutindo sobre as etapas. Se vamos analisar o dado coletado, ou como as pessoas enxergam os dados. Montamos uma estratégia das travessias, ainda está acontecendo o treinamento das equipes. A Conselheira Fátima (Governo) fala que vão trabalhar, no DRP, a partir da realidade do território e junto à Comunidade, conforme já trabalhamos antes da Covid-19. Que assim poderemos tratar de outras questões pertinentes ao território. Pergunta se alguém tem mais alguma dúvida. Claudia (ABEn) parabeniza a SMS pelo avanço no fortalecimento da parceria com a FIOCRUZ, com este trabalho do DRP que vai enriquecer muito o trabalho na Saúde da Família, da Vigilância em Saúde, da comunicação através das travessias, do contato, com toda a experiência que a FIOCRUZ teve, principalmente com a equipe da Primeiro de Maio, que vai ser muito bom, e muito produtivo. O Presidente Anderson (Governo) passa para o terceiro ponto da ordem do dia, (5.3), **informações do SEHAC referentes aos insumos, cirurgias e obras no hospital**. Chama o Diretor Presidente do SEHAC, Felipe Fortuna (SEHAC), que cumprimenta a todos e destaca a participação de demais componentes da direção do SEHAC, como o Sr. Gian, Dr. Geraldo, Dr. Vitor e Dra. Adriana. Justifica a ausência do Diretor das UPAS, Sr. Caldeira. Começa informando sobre o relatório sobre os medicamentos que a Comissão de Saúde solicitou, que na verdade não foi negado, mas justifica que tem mais de 16 mil itens em estoque na farmácia, que o hospital não está informatizado, e que fica complicado, ainda mais no meio de uma pandemia, tirar um relatório naquele momento. Que ligou pra o Presidente do Conselho de Saúde, explicando que não poderia ser tirado naquele momento, e que estão esperando até hoje o pedido formal do referido relatório. Mas, que foi liberado o estoque e alguns medicamentos, e que foram informados que o hospital se encontra abastecido. Em relação há mais ou menos um mês, na reunião do Conselho deliberativo do SEHAC, eu expus uma apresentação tanto para os médicos presentes, quanto para os Conselheiros lá atuantes, colocando a realidade que encontramos no meio de uma pandemia. Que a pandemia ainda não acabou. Eu citei alguns números, na prática, que estou comentando sobre alguns valores abusivos, que trouxe para esta casa, mas já levei para o MP Estadual, com a Dra. Vanessa Katz, e com a Defensoria Pública. Fizemos umas curvas, e para este tipo de diagnóstico, tivemos medicamentos com 2 mil por cento de aumento. Então, eu trouxe aqui hoje a resposta. Fizemos uma curva média de 300% de aumento. Medicamentos como o cefepime saiu de CR\$2,00 para quase CR\$50,00. A ampola, quando se compra 4 mil ampolas, uma coisa absurda. Trouxe bastantes remédios aqui, são uns 20 itens, com uma média de 300% de aumento. E o material pior ainda, que chegou a 600% em média. Tive aumento em mais de 1.000% principalmente em capotes. Nós pagávamos CR\$14,00 numa luva, estamos pagando CR\$60,00 numa caixa. Quando se coloca para comprar, para licitar, não dura para mais de 6 meses. Além de toda a dificuldade que essa pandemia vem trazendo, com situação esperada em todas as questões, todos os médicos aqui presentes, a gente ainda tem o problema de logística. Eu cheguei a avisar na reunião passada, que tem empenho, que o dinheiro está chegando. Eu tinha dinheiro na conta, mas não estávamos conseguindo comprar. Inclusive, tínhamos lá presente um Conselheiro aqui presente, que os hospitais grandes, grandes Redes comprando e os hospitais menores não conseguindo, Mas, estamos abastecidos, temos feito compras em Santa Catarina, para conseguir comprar. A segunda questão foram as cirurgias oncológicas. Nós nunca paramos as cirurgias oncológicas. A não ser durante uma semana, porque os nossos médicos tiveram exposição. Nossos prestadores tiveram problemas com os colaboradores. Uma média de mais idade não pode ir, se afastou. Mas, todas as semanas temos como comprovar, que não ficamos parados. Em sete meses, todas as semanas, não paramos as

cirurgias oncológicas. E aumentamos, porque tivemos um aumento da demanda. Após, fala que agora estão focando em uma UPC, ao lado da nossa urgência, que é uma UTI de 7 leitos. E fala que estes tópicos podem ser colocados em uma próxima reunião. O Presidente Anderson (Governo) fala que pediu para o Diretor Presidente do SEHAC viesse esclarecer estes fatos, por conta de algumas discussões dos Conselheiros. Fala das dificuldades no abastecimento, por conta do momento que estamos vivendo, frente à pandemia. Sobre as obras, que ocorreram algumas mudanças devido às necessidades emergenciais. Que havia combinado com a Conselheira Érika (OAB)/Comissão de Saúde, que os documentos, qualquer documento que se solicite para o hospital, precisam ser via memorando. A Conselheira Érika (OAB)/Comissão de Saúde informa que não solicitou documento na farmácia, nem listagem, nada disso. Que queríamos a confirmação da existência da quantidade de determinada medicação, como fez o almoxarifado, que nos forneceu esta informação. E a farmácia não. No almoxarifado foi verificado que não procedia a denúncia, mas na farmácia, não foi possível verificar, porque a funcionária não nos deu as informações. Como foi solicitado pela Adriana (Direção do HAC), por documento, que foi o que fizemos. O Presidente Anderson (Governo) pergunta sobre a solicitação. A Conselheira Érika (OAB) informa que está no relatório da Comissão de Saúde. O Presidente Anderson (Governo) diz que irão ver no relatório. A Conselheira Claudia (ABEn) pergunta sobre os procedimentos de gastrostomias, se já estão sendo realizados. E sobre medicamentos, que estamos recebendo, nas Unidades de Atenção Básica, menos quantidade de medicamentos utilizados para pessoas com complicações da Covid-19, como azitromicina e dexametazona. Que são prescritos nas UPAS, como dipirona, paracetamol e loratadina, utilizados também para Covid-19, e que por vezes a população não tem dinheiro para comprar. O Diretor Presidente do SEHAC, Felipe Fortuna, fala que estão tentando compras maiores destes medicamentos, mas que, por exemplo, a azitromicina, estão com dificuldades para comprar. Praticamente quase zerou o estoque, mas conseguiram alguma compra. Que estão atualizando os protocolos. Sobre as gastrostomias, estavam com dificuldades, mas que já conversaram com a Dra. Regina, que é a chefe da cirurgia, e que os pacientes já estão com risco cirúrgico sendo adiantados, e que deverá ser feito mutirão. Que estão propondo mutirões de cirurgias de mama, e que as gastrostomias, se não me engano, já estão sendo agendadas. Mas, já estão equipando o centro cirúrgico, voltando a Dra. Regina, já vamos retomar. A Conselheira Claudia (ABEn) fala dos pré operatórios, que pessoas perderam a validade dos exames. Que os fluxos de pré operatórios deveria ser conduzido para as Unidades Básicas, para a atualização do risco cirúrgico. Porque várias pessoas vão às Unidades Básicas para solicitar os exames que venceram. O Diretor Presidente do SEHAC, Felipe Fortuna fala que tem conversado com a Secretária de Saúde, Conselheira Fabiola Heck, e que os mutirões já estão acontecendo. Que semana passada teve de cardiologia. E que a parceria com a Atenção Básica poderá otimizar. Que já estão sendo feitas as histerectomias, dentre outras. A Conselheira Claudia (ABEn) pergunta sobre as laqueaduras e vasectomias, se já tem previsão. O Diretor Presidente do HAC, Felipe Fortuna informa que fizeram mutirão de vasectomias na semana passada, e, que, a laqueadura, por ser cirurgia mais simples, já está em pauta. O Presidente Anderson (Governo) pergunte se há mais algum esclarecimento, não tendo, agradece as informações do Diretor Presidente do SEHAC, Felipe Fortuna, e, não havendo mais pontos de pauta, passa para os **Assuntos Gerais**: Informa que fizeram uma reunião na Defensoria Pública, junto com representantes do Estado, para falar sobre os pacientes ostomizados, para tratar da falta de bolsas de colostomias. Temos hoje cadastrados no Município para receber bolsas de colostomia, 254 pacientes. E o nosso cadastro do Estado, com repasse dos recursos para as bolsas é de 54 pacientes. Então o município recebe um recurso anual muito reduzido, de cerca de duzentos e cinquenta mil reais, e gasta mais de um milhão de reais, não só com a bolsa de colostomia, mas com os outros insumos necessários para a instalação e manutenção das bolsas. Foi feito um TAC para que o Estado atualize os cadastros e o repasse dos recursos. A proposta é que o Estado faça uma licitação maior, com uma compra grande, para repassar os insumos. Pergunta se há mais algum assunto. A Conselheira Claudia (ABEn) pergunta sobre o PSLS ficar abarrotado nas quintas e sextas feiras, conforme visita das Comissões e informações de

Conselheiros, devido à UPA Centro não estar atendendo, por estar com menos profissionais médicos. O Presidente Anderson (Governo) afirma que o Diretor presidente do SEHAC, Felipe Fortuna, está sinalizando para ele que já houve a reposição destes profissionais. Que já tiveram uma reunião com o Ministério Público também. Que tiveram problemas porque dois médicos tiveram que se afastar por problemas de saúde, um deles com Covid-19, e que os Coordenadores Técnicos cobriram estes plantões e que isso já foi regularizado. A Conselheira Érika (OAB) pergunta sobre retirada de pontos depois do terceiro horário, e que as UPAS e Pronto Socorro não fazem este procedimento. Que não sabe como seriam resolvidos estes casos. O Presidente Anderson (Governo) explica que estes procedimentos não são para serem feitos em Unidades de Urgência, mas em ambulatórios. Que as Unidades de Urgência fazem as suturas, mas que as retiradas devem ser em ambulatórios até o terceiro turno, ou seja, 20:00 horas. Que as pessoas precisam se programar para tal procedimento. E a pessoa pode pedir atestado, ou declaração de comparecimento. A Conselheira Érika (OAB) fala que acha a situação complicada em alguns casos, por conta do horário de trabalho. O Presidente Anderson (Governo) ressalta o horário dos procedimentos ambulatoriais, e que o trabalho precisa aceitar a declaração ou atestado médico. A Conselheira Érika (OAB) ressalta as necessidades especiais de alguns casos, que devem ser observados, de acordo com as necessidades. O Conselheiro Zequinha (Sindicato do Comércio) faz um alerta por ter recebido uma denúncia sobre alto índice de infectados por Covid-19 e de falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais de saúde do SOC, com risco houve alta contaminação para os pacientes. E pede uma investigação pela Comissão de Saúde. O Presidente Anderson (Governo) fala que a Comissão até já fez uma vistoria lá, mas que podemos colocar como ponto de pauta para a próxima reunião. O Conselheiro Pastor Pacheco (SEESP) afirma que também recebeu esta denúncia e que passou para o Conselho. Que é do subgrupo 3 da Comissão de Saúde. O Presidente Anderson (Governo) pergunta se mais alguém tem **pontos de pauta** para a próxima reunião. A Conselheira Claudia (ABEn) pede uma apresentação com dados da epidemiologia sobre o SOC, com relação à Covid-19. A Conselheira Ana Stutzel (ASBANTHO) faz um questionamento sobre declarações para a Saúde do Trabalhador, que foram esclarecidas pelo presidente Anderson (Governo) e o Conselheiro Zequinha (Sindicato do Comércio). A Reunião foi encerrada pelo Presidente do Conselho, Anderson (Governo) às 21h50min. Em razão de a reunião ter sido realizada na vigência do Decreto 1.148 de 15 de Abril de 2020, a referida Ata segue assinada pela Mesa Diretora do Comsaúde - Anderson Moraes Garcia (Governo) Presidente, Sérgio Ramos Mattos (Udam) Vice presidente, Erika Paula Gomes Pedroso (OAB) 2ª secretária, confeccionada e assinada por mim, Claudia Carvalho Respeita da Motta (ABEn) 1ª secretária e aprovada pelos demais Conselheiros.


Anderson Moraes Garcia
Presidente


Sérgio Ramos Mattos
Vice Presidente


Claudia Carvalho Respeita da Motta
1ª Secretária


Erika Paula Gomes Pedroso
2ª Secretária